

O Judô na Universidade : discutindo questões de gênero e idade¹

Autor Doutor em Educação Física Edmundo de Drummond Alves Junior²

Tendo sido convidado para participar de uma mesa que têm como principal intenção discutir judô enquanto uma luta praticada no âmbito das universidades relacionando-o a questões de gênero e de idade, devo de imediato advertir que não sou um estudioso no que se refere as peculiaridades deste campo de pesquisa específica a um esporte. Mas considero evidente que tanto gênero e idade são categorias fundamentais para melhor compreender o processo de socialização. Aliadas a classe social “*estas duas variáveis são fundamentais para compreender as relações sociais e as estruturas e formas de organização que se derivam delas. Deste modo, segundo seja nossa origem social, segundo sejamos homem ou mulher e segundo a etapa da vida em que nos encontramos, nossa posição no mundo variará.*” (FERRANDO, BARATA, OTERO, 1998, p. 99). No caso das lutas em geral e especificamente no caso judô, este tema ainda não muito comum de ser trabalhado, daí confessamos que encontramos uma certa dificuldade em ter acesso a uma bibliografia de apoio. Pelos motivos expostos optamos por abordar isoladamente cada uma das temáticas, universidade, gênero e idade, procurando aproximá-los quando assim for possível, respeitando sempre as limitações do próprio tema. Enquanto professor de educação física que se utiliza na sua prática pedagógica desta atividade de luta que é o judô, percebemos que não estamos a parte das influências de uma sociedade patriarcal como a nossa e que dignifica o jovem, impondo comportamentos sejam eles relacionados ao ser homem ou mulher, como ser jovem ou velho. Nas relações sociais estabelecidas na prática dos esportes não poderia ser diferente.

Estamos considerando gênero como fruto de construções sociais que uma determinada “*cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres*” (SOUSA, ALTMAN, 1999, p: 53). No que toca a idade cronológica também convivemos com uma diversidade de construções sociais elaboradas de tal forma que podemos falar que a idade é uma mera variável cronológica que vem servindo a diversas tipos de manipulações (BOURDIEU, 1980). Tal qual podemos falar de um preconceito sexista podemos falar de um outro chamado ‘ageist’, que se fundamenta na idade do indivíduo.

Pela visibilidade social que o esporte oferece, estes dois aspectos merecem ser mais estudados e na busca da contribuição à transformação da sociedade, os professores de

¹ Capítulo do livro GUEDES Onacir Carneiro (org), Judô evolução técnica e competição, João Pessoa: Ideia, 2001 p. 73-91. Com este título foi apresentado no Congresso Internacional de Judô realizado em João Pessoa no ano de 2001

² Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal Fluminense, Campus do Valonguinho, Niterói, Rio de Janeiro, e-mail drummond@bighost.com.br

educação física na sua prática pedagógica, podem contribuir, levando os seus alunos a terem uma posição mais crítica para melhor compreender as relações de poder que estão em jogo na nossa sociedade.

Após identificar algumas formas em que o judô pode ser desenvolvido no âmbito das universidades, procurarei situá-lo a partir da sua inclusão num campo mais abrangente que é o constituído pelas lutas, que culturalmente foram se desenvolvendo na história da humanidade, num processo que pode ser interpretado a luz do que Norbert Elias (1990; 1994) chamou de “civilizatório”. Sendo assim no final do século XIX quando Jigoro Kano cria seu próprio método de luta, ele teve a preocupação de eliminar as técnicas consideradas perigosas, limitou o efeito das que pudessem causar qualquer maior dano e propunha um método que pudesse ser praticado nas escolas (VILLAMÓN, BROUSSE, IN: VILLAMÓN, 1999). Enquanto manifestação de uma cultura, o judô precisou esperar alguns anos para que sua prática se esportivizasse e tomasse caráter universalista. No caso do judô parece que um grande divisor, entre um método de educação física que servia como defesa pessoal e o desenvolvimento espiritual do indivíduo, veio a partir da decisão tomada em Roma em 1960, quando ele foi incluído nos jogos olímpicos de 1964. Estava dado o sinal para a aceleração do processo de modernização e ocidentalização do judô (GUTTMAN, 1992) que o orienta até os dias de hoje. Em seguida abordaremos o que nesta apresentação estamos entendendo como gênero ou os preconceitos relacionados a uma idade cronológica qualquer. Finalizaremos discutindo a coeducação a partir da nossa experiência enquanto professor que se utiliza do judô na sua prática pedagógica na Universidade Federal e apresentamos algumas sugestões de prática para pessoas consideradas idosas.

O judô na universidade

A universidade tem como excelência desenvolver e articular o ensino, pesquisa e a extensão, visando a produção e difusão de novos conhecimentos.

Sem a intenção de esgotar as possibilidades do que pode ocorrer na universidade, consideraremos neste trabalho que o judô desenvolvido como **ensino** pode se manifestar de duas maneiras na forma de uma disciplina que faz parte das grades curriculares dos cursos de graduação que visam formar futuros professores de educação física ou como modalidade esportiva na prática curricular da educação física. No Brasil, em algumas faculdades de Educação Física o judô é uma disciplina obrigatória, enquanto em outras ela pode ser uma disciplina eletiva. Atualmente verifica-se uma nova tendência que é a de abordar o judô enquanto uma das práticas de referência, de uma disciplina mais abrangente e que estamos chamando de ‘lutas’, que também tem sido denominada como de ‘combate’, ‘ataque e

defesa', ou como preferem alguns, 'artes marciais'. A outra possibilidade do judô se desenvolver como ensino é na prática curricular, aberta a todos estudantes regularmente inscritos numa universidade que oferece a educação física como uma disciplina eletiva para os alunos do terceiro grau, como é o caso da UFF. Desta última possibilidade deriva um tipo de estudante universitário peculiar, cuja presença tem sido bastante importante para a manutenção da prática curricular, são os 'alunos voluntários', que freqüentam as aulas sem ter nenhum compromisso administrativo para cumprir. Na Universidade Federal Fluminense (UFF) já há algum tempo temos um número significativo de alunos 'fiéis' que participam das aulas de judô dentro do seu 'tempo disponível' (MARCELINO, 1983), durante toda a sua vida acadêmica. São diversas as intenções destes estudantes e destacaríamos duas como as principais, a prática de um 'judô lazer' ou a preparação para o 'judô competição'. No caso da UFF, esta última possibilidade não tem se verificado com freqüência, principalmente devido a postura dos professores que optam por um estilo de aula que privilegia o que estamos chamando de judô lazer.

Ao nos referirmos as atividades de **extensão**, destacamos o que vem sendo realizado em algumas universidades que oferecem à comunidade a qual estão inseridas a possibilidade de se praticar esportes diversos como o judô, ou mesmo quando promovem eventos dos mais variados relacionados a este esporte. Desta forma adultos e crianças podem participar de programas de atividade física que tanto podem enfatizar o aspecto mais recreativo como o da prática competitiva. Havendo ainda a possibilidade de se promover congressos, seminários e afins. No primeiro modelo de extensão destacamos o que vem sendo utilizado há muitos anos na Universidade Gama Filho (UGF) no Rio de Janeiro, que de certa forma propiciou o surgimento de diversos atletas para competição. Sem querer esgotar as possibilidades do desenvolvimento da prática do judô na universidade e ainda dentro das finalidades das instituições de ensino superior, temos as **pesquisas**, que entre outros objetivos, deve alimentar a prática pedagógica que é desenvolvida no judô, tanto o ensinado no ambiente formal como no não formal. Mesmo reconhecendo que já saímos de um período onde eram muito raras as pesquisas relacionadas ao judô, observamos que ainda é tímida a presença de trabalhos em congressos de educação física, mas já podemos encontrar algumas dissertações de mestrado na abrangência das lutas, em especial abordando o judô ou a capoeira. A pesquisa no campo das lutas e do judô é ainda um campo a se desenvolver, e pelo que podemos observar as relacionadas a gênero e idade merecem ser uma delas.

Para melhor compreender o judô é necessário entender as atividades de lutas

Seja na forma de uma ginástica preparatória para a guerra ou como parte de rituais e cerimônias fúnebres, as lutas surgiram nas mais diferentes culturas. Podemos também nos referir as lutas no sentido lúdico do desenvolvimento humano, que Huizinga (1980) dá ao jogo, “*como forma específica de atividade, como forma significante, como função social*”. A educação física e as atividades físicas que lhe dão suporte, são fenômenos culturais e segundo o Coletivo de Autores (1992), devem ser vivenciadas como “*cultura corporal ou do movimento*”. Sendo indissociáveis dos outros fenômenos de civilização (ULLMAM, 1997), usamos as palavras de M. MAUSS (1991), para quem “*toda técnica do corpo é fundamentalmente cultural*”, devendo o judô enquanto prática pedagógica ser assim referenciado.

Na história da humanidade quando levamos em consideração o estágio já urbano, ao se fazer uma breve gênese das lutas, observamos que não foram poucos os registros encontrados nas mais diversas civilizações. Remontando entre os anos 3000 e 1500 AC, os Sumerianos deixaram imagens de três duplas de lutadores representando diversas fases de uma luta, com características que D. Palmer e M. Howell (APUD: BLANCHARD, CHELSKA, op. cit) consideraram como sendo, “*uma das provas mais antigas*” do que hoje entenderíamos como atividade de luta. Outras evidências de práticas de lutas também foram encontradas em outras culturas, através dos desenhos encontrados dentro da tumba egípcia de Beni Hassan (HENARES, 2000) e também em Creta, por volta de 2000 AC (BLANCHARD, CHESKA, op. cit). Desta ilha as lutas entram no Peloponeso na forma de um pugilato e daí passam posteriormente ser incluídas nos antigos Jogos Olímpicos. Sobre as modalidades de lutas praticadas nos jogos, J. Le Floc’hmoan (1962) descreve as diferentes maneiras como elas eram praticadas, lembrando que os atletas untavam o corpo nu com uma espécie de azeite e que a assistência aos eventos estava, como a todos os jogos, interdita a assistência das mulheres. Foi através dos soldados gregos que o Pancrace, uma destas modalidades de luta, que mistura golpes com os punhos com a continuidade do combate no solo, que esta prática de ‘educação física’ chega a Índia, e posteriormente, se espalha pelo oriente na forma do que conhecemos como artes marciais.

Florence Braunstain (1999) mostra a dificuldade de se precisar uma origem única “das artes marciais” orientais “*a legenda colocaria o início das praticas de combate na China em torno do século VI, fazendo do monge indiano de nome Boddhid-harma como o seu fundador*” (p: 75). Tendo fracassado no intento de ensinar o budismo Zen na China, ele se retira em Shaolin, onde permaneceu nove meses em meditação. “*Ele ensinou aos monges, não somente o budismo Zen, mas também uma série de técnicas respiratórias e exercícios*

destinados a manter a boa saúde”, mas segundo a autora isto nada garante que tenha sido aí que começaram a ser praticadas as artes marciais, no entanto coincide a chegada deste monge com o desenvolvimento de um estilo de boxe Shaolin como outras formas de luta. Depois da China as lutas chegam ao Japão. Neste país nas formas das mais diversas as lutas foram sendo elaboradas, até que no final do século XIX, Jigoro Kano criou um eficiente método de educação física que ele denominou Judô.

A evolução das lutas, até chegar a ser uma atividade esportiva na forma que conhecemos hoje, com sua ética própria e a sua estética corporal, pode ser entendida como parte do processo civilizatório. As atividades de luta antes da sua esportivização, mantiveram uma exclusividade masculina que também acompanhou o fator idade pois são os jovens e adultos ‘em idade de pegar nas armas’ que mais as praticaram na história da humanidade. A sociedade das amazonas ainda está para ser mais estudada.

Existindo hoje uma diversidade de modalidades de lutas, nosso interesse se volta para a prática do judô, uma das práticas sociais de referência que vem tendo significativa penetração no ambiente que trata a nossa apresentação, a Universidade. Nas últimas décadas esta modalidade de luta vem sendo constantemente utilizada pelos profissionais de Educação Física. Entretanto nem sempre, seu ensino se apoiou em conteúdos, que levem em consideração alguns princípios já abordados pelo Coletivo de Autores (op. cit): a relevância social; a contemporaneidade; as possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno; a simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade; a espiralidade da incorporação das referências do conhecimento; a provisoriedade do conhecimento. O que se praticava de certa forma era uma cópia quase que fiel ao que se desenvolvia no não formal, com os mesmos rituais, hierarquias e dogmas. Sendo assim a sua inclusão enquanto uma prática pedagógica preocupada em discutir a sociedade de hoje em dia não foi muito utilizada. Mesmo considerando que ela faz parte das grades curriculares das faculdades de educação física, na verdade elas acabam se restringindo muito mais a preparação para o ambiente não formal, que a nosso ver desenvolve uma educação física de forma fragmentada. Temos defendido a inclusão das lutas como conteúdo da educação física fundamentando-se teoricamente “*numa prática docente comprometida com o processo de transformação social*” (ibid, p. 49). Desta forma a Educação Física passa a ser uma disciplina que vai tratar pedagogicamente de uma área de conhecimento denominada de ‘cultura corporal’, configurada na forma de temas ou de atividades corporais. Devemos ter consciência que a atividade física das lutas não é nem nociva nem virtuosa em si, ela transforma-se segundo o contexto. A luta na universidade na escola ou em qualquer outro local, torna-se no que dela a

fazemos, e a competição, acrescentaríamos, não é uma imposição deste esporte. Pierre Parlebas (1990) lembra que as lutas em geral são atividades esportivas com uma oposição presente, imediata, e que é o objeto da ação, existe uma situação de enfrentamento codificado com o corpo do oponente. Enquanto no futebol o alvo é a bola, que é exterior ao oponente, na luta pode se ter como alvo o corpo do companheiro. Desta forma mais do que lutar contra o outro, a educação física escolar deve ensinar a lutar com o outro, estimulando os alunos a aprenderem através da problematização dos conteúdos e da própria curiosidade dos alunos.

De maneira geral, sejam as lutas originárias do oriente como aquelas desenvolvidas no ocidente, ambas se fundamentam numa diversidade de princípios e técnicas que levam a sua maior ou menor eficácia. Muitas delas como no caso do judô, carregam na sua origem, na sua essência, uma perspectiva espiritual, uma busca pela perfeita harmonia do indivíduo não havendo separação entre corpo, mente, espírito e a natureza. Nos anos subsequentes a segunda guerra eram identificados muitos faixa pretas na Europa que eram profundos conhecedores do Zen, anos mais tarde em pesquisa semelhante isto não mais se verificava (GUTTMAN, op. cit.). Atualmente devemos estar atentos para refletirmos quanto algumas tradições que não têm significados culturais com os valores dos jovens praticantes do século XXI. Nesta linha de pensamento Chuno Mesquita (1994), em sua dissertação de mestrado, discute a luz do que ele chamou de ‘educação moderna’, certos simbolismos existentes no Judô, desde o autoritarismo e uma disciplina extrema.

Discutindo o judô a partir do que vem sendo chamado de questões relacionadas a gênero

Sem que houvesse alguma maior fundamentação biológica, a prática esportiva, em especial as lutas, até algum tempo atrás, eram consideradas como uma atividade física exclusivamente para ser praticada pelos homens, por aqueles em idade de poder defender algum território. Na história da humanidade, na medida que a mulher assumia um papel mais doméstico ela desempenhava papéis que as afastavam das atividades físicas e que hoje estamos chamando de esportivas.

No que toca as lutas e os esportes em geral, as mulheres tiveram durante muito tempo um mero papel de espectadoras, seja nas cidades estado gregas, em Roma, como mais tarde na idade média, e só no último século começou a lentamente a se alterar.

A intencionalidade de “*reduzir a participação feminina no esporte por meio do controle físico tem suas raízes históricas*” (BLANCHARD, op. cit. p: 171). Durante algum tempo usava-se como argumento que se deveria preservar o corpo da mulher para a fertilidade e que no caso de atividades com grande possibilidade de contato corporal, como é o caso das

lutas, poderiam ser comprometidos seus órgãos sexuais. Esta defesa mostrava-se descabida e de fácil defesa pois a localização e a proteção dos órgãos sexuais nas mulheres é muito mais adequada ao contato físico do que o dos homens e quanto a proteção dos seios não se diferenciaria muito da necessidade de proteção dos órgãos sexuais masculinos. Mas em uma sociedade que o poder está nas mãos dos homens pouco se podia questionar, não faltando estudos médicos para defender argumentos dos mais descabidos.

Contemporaneamente o papel da mulher no esporte têm sido considerado como um dos objetos de estudo da antropologia esportiva (ibid.), e segundo estes autores se este assunto não mereceu muita atenção pelos antropólogos antigos, deveu-se em parte que as pesquisas teriam sido desenvolvidas principalmente pelos homens o que pode de certa forma ter contribuído ao desconhecimento destas questões. Na educação física brasileira encontramos em diversos estudos empreendidos por Silvana V. Goellner, Elaine Romero, Carlos da Cunha Junior, Eustáquia Salvadora de Souza, Ludimila Mourão, Heloisa Turini Bruhns, esta temática, seja por uma abordagem mais histórica ou mais específica para discutir a dança, esportes específicos como no caso o futebol, ou mesmo a luta de certas mulheres por direitos semelhantes aos dos homens e neste caso os esportes era um deles. Na sociologia do esporte FERRANDO, BARATA, OTERO (op. cit.) são também autores que vêm a discussão sobre gênero e idade como sendo uma das categorias fundamentais na compreensão das relações sociais. *“Para efeitos sociológicos devemos diferenciar o conceito sexo –entendido como categoria biológica de cada pessoa : macho ou fêmea- do conceito de gênero. Este se referencia a forma em que as diferenças biológicas se interpretam e se traduzem em comportamentos, atitudes, valores, expectativas sociais próprias se de homens ou mulheres.”* (p: 100).

Ao se tomar em consideração o significado de que gênero leva em conta *“o caráter fundamentalmente social das divisões baseadas no sexo”*, possibilita-se *“perceber as representações e apresentação das diferenças sexuais”*. Destacando-se que *“imbricadas às diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres estão outras, social e culturalmente construídas”* (SOUZA, op. cit, p: 54). Ao se elaborar um conceito de gênero a autora argumenta que não se propõe ignorar ou mesmo *“desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres”*. Mas será a partir destas diferenças que outras podem ser consideradas. Das diferenças biológicas entre os sexos oculta-se as relações de poder, com a marca do poder masculino, melhores salários para os homens, representação nos cargos políticos majoritário para os homens, etc. Socialmente aprendemos o que é ser homem ou o que é ser mulher, daí que ‘homem que é homem não pode chorar’ ou ainda que este ou aquele

esporte ‘não fica bem para uma mulher praticar’, pois corre-se o risco de que ela venha a se masculinizar, virar ‘sapatona’. E se quisermos usar em sentido inverso o homem não deve praticar o ballet pois corre grande risco de se tornar efeminado, ‘boiola’.

Oficialmente este discurso se reproduzia nas leis que regiam o esporte brasileiro, de maneira que durante muito tempo, esportes de contato como o futebol e as lutas ou o halterofilismo, eram considerados incompatíveis com as condições da natureza da mulher. O Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1965 instruía as entidades esportivas, dizendo não ser permitida qualquer prática de lutas e neste caso estaria incluído o judô. Precisou-se chegar ao final dos anos 1970 para que sua prática viesse a ser regulamentada de forma diferente (BRASIL, 1979).

Próximo a este período fomos protagonistas da inclusão no currículo da educação física curricular da UFF a disciplina Judô enquanto prática coeducativa. Neste período estava em vigor a lei 69450 que obrigava a prática da educação física em todos os graus de ensino. Esta Universidade sem possuir um curso de graduação em educação física tinha um corpo docente de quase 30 professores incumbidos de ministrarem aulas das mais diferentes atividades esportivas. Dentre elas estava o Judô, oferecido como uma prática exclusivamente masculina desde a implantação da educação física curricular na UFF ocorrida em 1975. Como nesta universidade não se privilegiava a prática competitiva formal, abria-se um espaço para aqueles que se interessavam em começar o aprendizado nas diversas disciplinas oferecidas, mas acompanhava o modelo hegemônico da época que separava as diversas atividades entre grupos só de homens ou só de mulheres. Poucos anos depois do início do setor, no de 1978 já sugeríamos a discussão de estarmos oferecendo às alunas da UFF a possibilidade de praticar o judô, o que veio a se concretizar só no ano seguinte, mas sem antes sofrer uma certa resistência de alguns professores do departamento, sendo um inclusive que atuava como professor de judô. Sendo ele bem mais velho em idade cronológica do que o autor da proposta (nesta época eu tinha 28 anos), dizia que pela sua experiência de professor, sabia que as mulheres não seriam capazes de se fixar na atividade, e por não terem muito interesse no judô, logo o abandonariam. Como mais tarde podemos observar um argumento bem semelhante ao utilizado pelo presidente da federação inglesa de futebol que também nos anos 1970 se mostrava contrário a participação das mulheres no futebol, já que “*não seria natural que as mulheres joguem futebol*” e que “*em geral as mulheres não se interessavam no esporte*” (BLANCHARD, op. cit. P: 170). A maior defensora da proposta que apresentávamos foi a prof.a Aida dos Santos, uma das mais respeitadas atletas do atletismo brasileiro do século XX, que foi veemente na defesa do vanguardismo da proposta e contribuiu fortemente para

superação das barreiras que ainda existiam em outros professores. Durante o ano de 1979 o judô foi ministrado para uma turma, oficialmente composta exclusivamente por mulheres, mas que na prática, já recebia a presença de alguns alunos “voluntários”. Dando seqüência a nossa defesa pela coeducação, no ano de 1980 a UFF realizou o I Encontro de Professores Universitários de Judô do Estado do Rio de Janeiro quando fomos palestrantes no tema o Judô feminino, nesta ocasião defendíamos não só a prática como lazer e mostrávamos que deveríamos superar a separação entre homens e mulheres, o que na prática já ocorria. Ainda no início dos anos 1980 a UFF passou a oferecer oficialmente esta disciplina no sistema de coeducação, e que perdura até os dias de hoje, sendo capaz de integrar uma atividade que socialmente ainda é reconhecida como tipicamente voltada para o sexo masculino.

Durante muito tempo os esportes mais aceitáveis para as mulheres eram os que possibilitavam mais destreza, plasticidade do gesto, como as danças a ginástica artística; por outro lado ainda são consideradas antinaturais atividades esportivas que se utilizam da força física como o levantamento de peso ou das lutas. Quando parcialmente aceitas servem para ser ridicularizadas pelos homens, como no caso da judoca Ednanci e da levantadora de peso brasileira que compareceu a última olimpíada e que era apresentada em um comercial de televisão, como uma mulher que ficava na beira do tanque fazendo força. No século passado recomendava-se às mulheres os esportes que se utilizavam de uma barreira espacial entre os adversários, como o tênis, o voleibol, evitando de todas as formas algumas lutas pelo grande contato corporal que elas teriam e demorou algum tempo para se aceitar a prática competitiva feminina mesmo em esportes como a natação. Era socialmente aceitável esportes praticados por mulheres que utilizavam equipamentos leves, que podiam possibilitar movimentos corporais graciosos, e paradoxalmente o esgrima, como forma de uma luta era um deles, neste caso passava mais por uma questão de diferenciação social bastante marcante entre os que se dedicavam a esta prática. Atualmente pelo simples fato de se ter homens e mulheres praticando uma mesma atividade esportiva não significa em hipótese alguma que as questões de gênero tenham deixado de existir. *“Basta uma análise mais cuidadosa do noticiário divulgado para verificarmos que eles continuam, de maneira geral, estreitamente ligados à imagem masculina: destacam-se a beleza das atletas, suas qualidades femininas, sempre frisando que são atletas, mas continuam mulheres”*. (SOUZA, op. cit, p. 58). Não sendo poucas as atletas que têm sido contratadas para posar para revistas dirigidas aos homens.

Autores como Villamon e Brousse (op. cit.) ao se referirem a origem do judô e seu aspecto funcional, argumentam que a sua estética primava pela busca da eficácia máxima, onde o uso da força só poderia existir quando utilizada de maneira inteligente. Para estes

autores, no período que antecede ao final da segunda guerra mundial, o judô objetivava principalmente a educação da pessoa, *“e que graças ao seu aspecto relacional é capaz de combinar o trabalho sobre si mesmo através do trabalho com um companheiro. Ao mesmo tempo, apesar dele ser capaz de ser praticado pelas mulheres e aberta as crianças, um sinal da sua universalidade pedagógica, no entanto aos olhos dos praticantes não parecia como sendo um esporte de mulheres ou um jogo de crianças”* (P: 120). Salvo acrescentaríamos, se praticado entre membros de uma mesma família, em situações em que enquanto o professor pai ou irmão pudesse controlar o que e como era praticado. De certa forma este pode ter sido um dos primeiros passos a abertura às mulheres a esta prática de luta e para aqueles que acompanham as equipes nacionais deste esporte sabem que diversas atletas têm grau de parentesco com algum professor de judô que a incentivou a praticar o esporte.

Só depois do final da segunda guerra que o judô ganha significativo impulso para o que alguns acreditam ser seu desenvolvimento, e a isto pode-se creditar a esportivização, se bem que sua prática com características competitivas já se manifestasse anteriormente a este período, tanto no Japão como na Europa (ibid.). Entretanto o conhecimento inicial desta atividade física, a sua popularização se deu muito mais pelas suas características de defesa pessoal do que a de sua esportivização. Só anos mais tarde que o judô na sua forma competitiva veio a se converter num “produto de consumo”, que passamos a encontrar na prática competitiva atual. É aberta a participação das mais diferentes idades, pesos corporais, e inclui-se também as competições femininas (ibid.).

Será que poderíamos falar de uma questão relacionada a idade na prática do judô

Escolhemos falar sobre a idade nos reportando ao grupo dos mais velhos e suas relações com os mais novos e de que forma ele vem sendo praticado. Em princípio pela hierarquia imposta aos praticantes do judô os mais velhos em idade devem ser respeitados, mas isso não ocorre tão facilmente se o praticante não é um antigo ‘sensei’.

O grande aumento da expectativa de vida como da longevidade e a acentuada transição demográfica por que a humanidade vem passando e que se iniciou no século XX, têm propiciado cada vez mais a discussão do envelhecimento da sociedade mundial e em especial a do Brasil. Podemos afirmar que diante dos números relativos ao envelhecimento, sem dúvida alguma o crescimento populacional de idosos, quando comparado com outros grupos etários, é aquele que mais se destaca. O envelhecimento de uma sociedade é apontado como capaz de influenciar a política, economia e todas as relações entre as gerações de uma sociedade.

Mesmo se levarmos em conta que já em torno dos anos 1980 se despontava no Brasil um novo perfil demográfico, a questão demográfica até aquele momento não recebia a devida atenção, não permitindo uma preparação do país para as alterações demográficas que se anunciavam. Foi a partir desta época que o assunto passou a ser discutido com maior frequência, vindo a ser identificado como o surgimento de uma nova categoria etária no Brasil.

Hoje, quase 30 anos já se passaram, e podemos afirmar que mesmo aquém dos altos índices encontradas em alguns países europeus, já convivemos com um acentuado crescimento da população idosa no país. O Brasil não pode mais ser considerado como um país predominantemente de jovens, sendo a significativa diminuição das taxas de fertilidade das mulheres brasileiras ocorrida num determinado período (1950-2000), a grande responsável pela projeção que aponta para o grande aumento proporcional da população idosa. As Universidades tem recebido hoje pessoas de todas as idades e que a cada vez mais procuram se integrar em todas as atividades que nelas são oferecidas e que já abordamos anteriormente. Apesar de reconhecer que diversas universidades brasileiras têm desenvolvido programas de educação permanente exclusivo para idosos ou aposentados, na forma de um modelo social do envelhecimento (ALVES JUNIOR, 1994) como as Universidades da terceira idade, não abrangeremos este grupo na nossa discussão.

O envelhecimento enquanto que um processo inexorável e multidimensional tem feito parte das discussões da educação física (ALVES JUNIOR, 1992, 1997) e temos procurado defender a prática de atividades que sejam mais apropriadas para os idosos e aposentados (ALVES JUNIOR, 1999; 2000). A desdramatização do esforço físico realizado pelos mais velhos e as suas relações com o que vem sendo chamado de ‘envelhecimento saudável’ é um fato incontestável e que vem contribuindo ao aumento do número de praticantes numa idade que até bem pouco tempo atrás era reservado ao repouso. A questão da idade cronológica é algo que perde qualquer significado frente ao que se tem chamado de qualidade de vida e a sua relativização fica bastante clara quando estamos diante de diferentes classes sociais ou mesmo entre o envelhecer masculino e o feminino.

Parece ser um novo fenômeno de moda dizer que só é velho quem quer, afinal esta seria a boa idade, a feliz idade, a melhor idade ou então a terceira idade. Todas representam a idade de se fazer tudo aquilo que gostaríamos de ter feito antes e não tivemos tempo para concretizar. Procura-se passar uma imagem de um envelhecimento idílico que serve para escamotear as injustiças sociais que são cometidas contra o cidadão durante toda sua vida. Dependendo da classe social ser idoso hoje é fazer esportes ter diversas atividades, frequentar

as universidades e outras associações de lazer. A prática de atividades físicas está presente em diversas associações os idosos das classes médias participam de programas dos mais diversos. No entanto, até bem pouco tempo, envelhecer era encarado de outra forma que fica bem claro no livro do Dr Peter Steinchron (1950) que tinha o seguinte título, ‘O repouso começa aos quarenta’, tendo como subtítulo ‘não é preciso fazer ginástica’. A construção social de uma idade qualquer para determinar quando alguém é considerado velho para alguma coisa é uma realidade na nossa sociedade e concordamos com aqueles que a procuram desconstruir (LENOIR, 1970; BOURDIEU, 1970; MAGALHÃES: 198 DEBERT, 1999)

Como já dissemos anteriormente a prática do judô vem sendo associada aos mais jovens, sendo estes os que estão mais presentes nas universidades enquanto alunos regulares, entretanto nas atividades de extensão esta possibilidade pode ocorrer mas não com muita frequência até então. Mas como sabemos a presença de pessoas mais velhas na universidade praticando judô nas universidades ainda é um fato isolado, mas vez ou outra somos confrontados com a presença de antigos praticantes ou mesmo aqueles mais idosos que queiram começar o seu aprendizado e com a chegada de novas gerações de idosos este quadro pode vir a se alterar.

Temos sugerido com certa insistência que a ‘intergeracionalidade’ é um dos caminhos para podermos superar as barreiras geracionais e lutar contra os preconceitos sociais relacionados ao envelhecimento. R. Mordomo (APUD. HOOYMAN, 1993) parece ser o criador do termo *ageism*, que procura descrever preconceitos que resultam de concepções errôneas e mitos sobre as pessoas mais velhas. Este preconceito também chamado de *agisme*, geralmente envolve convicções que ao se envelhecer, as pessoas fatalmente se tornam senis, sem atrativo, assexuadas, fracas, e inúteis. Também foi sugerido pelo autor, que alguns defensores dos idosos, no zelo de aumentar o ‘status’ dos mais necessitados, enfatizam a necessidade de se fazer mais para pessoas mais velhas. Esta forma foi etiquetada como um ‘novo ageism’.

O ensino da educação física pode se mostrar como um excelente meio de combater os preconceitos com relação ao envelhecimento a uma idade qualquer. Desde o ano de 1998 num Curso de Pós Graduação em Educação Física Escolar ministramos uma disciplina denominada “A escola preparando para um envelhecimento saudável” que busca trabalhar o envelhecimento, a velhice e os preconceitos já com as crianças e jovens em ambiente escolar. As experiências que têm sido realizadas pelos nossos alunos têm se mostrado bastante promissoras.

São diversas as possibilidades que hoje se apresentam para a prática de atividades físicas, sendo algumas mais apropriadas do que outras. Não descartamos categoricamente a prática do judô por pessoas mais velhas, mas reconhecemos que devido ao grande contato corporal tanto esta modalidade como qualquer outra que tenha situações semelhantes devem levar em conta uma série de precauções quando forem praticadas por pessoas mais idosas.

Desta forma defendemos que a prática de uma atividade de lutas como o judô pode ser desenvolvido, independente da idade cronológica, desde que sejam respeitadas algumas recomendações básicas, que de certa forma são extensivas também aos mais jovens, necessidade de exame médico, devendo ser mais detalhado principalmente quando se tem mais de 35 anos. O professor e os alunos devem ser capazes de discernir que na universidade podem surgir desde antigos praticantes, que não deixaram de praticar o judô, outros que nunca praticaram, e um grupo que merece uma atenção mais redobrada, que são aqueles que já praticaram o esporte e estão há algum tempo inativos. Estes últimos têm a tendência de retornar a prática tomando como referencial a última vez que deixaram de fazê-lo, diferente dos iniciantes que estão bem cientes das suas limitações. Outro fato importante a se considerar é que na universidade teremos antigos praticantes de judô ou de outras lutas oriundos de diferentes escolas, que muitas vezes são desatentas ao risco de acidente, que é inerente a uma prática esportiva de contato físico. Por ser um esporte de contato permanente o judô deve ser realizado tendo a preocupação com os possíveis acidentes osteo mio articulares que são comuns entre aqueles que se dedicam com mais vigor na atividade dos 'randoris'. Também consideramos que a prática competitiva solicita esforços exagerados nos praticantes e que esta só deve ser estimulada entre aqueles que estão sendo preparados para ela há algum tempo. No caso de pessoas mais idosas temos recomendado a prática sem provocar emulação, seja ela em atividades de luta no solo, em estudos de certas posições, na prática dos katas, na prática de projeções consentidas, ou em randoris praticados sem uso excessivo da força, sempre entre alunos com características técnicas e físicas semelhantes. Deixamos bastante claro para aqueles que nos procuram que a principal intenção de nossas aulas é no sentido de difundir um judô que possa ser incorporado as atividades de lazer do indivíduo descartando a preparação para a prática competitiva 'senior'.

Afinal que judô queremos

Atualmente temos refletido o ensino das lutas na universidade independente da idade cronológica, numa perspectiva crítica e respeitando a pluralidade cultural rompendo com as construções sociais que entre outras aproxima a sua prática a violência. Se esta última existe em nossa sociedade é uma grande oportunidade de discutirmos a sociedade que vivemos e a

sociedade que queremos. A partir da discussão do significado das lutas enquanto produto de uma cultura, podemos mostrar como a violência seja ela nos esportes ou na vida social é socialmente aprendida, determinada e que são diversas as possibilidades de praticar as lutas. Não é o esporte em si que é ou não violento e sim maneira como o praticamos. O discurso da fragilidade da mulher como dos mais velhos não fica distante do que diminui a capacidade intelectual de alguém pela sua cor da pele ou etnia. Temos procurado usar o Judô como a prática de suporte, servindo de alicerce ao desenvolvimento de um programa que vai discutir as lutas enquanto manifestação cultural e a sociedade em que vivemos. Pela nossa experiência com o judô, vislumbramos uma diversidade de situações nesta prática, que podem ser extrapoladas a diversas outras lutas (PARLEBAS, op. cit.) e desta podemos integrá-las respeitando as suas especificidades práticas. Alguns princípios elaborados por Jigoro Kano (1994), que constam em seu livro sobre o “Kodokan Judô”, sustentam que para ser uma educação física o judô deve estar fundamentado no princípio do uso o mais eficiente possível da energia física e mental, cujo lado estético do gesto vem a ser a sua essência.

Bibliografia

- ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. L'Université du temps libre du pays de Rennes: Un révélateur d'un modèle social du vieillissement, Mémoire du D.E.A. d'Histoire, Civilisation et Sociétés, Rennes, Université de Haute Bretagne, 1994.
- _____, Da Educação Gerontológica à educação física gerontológica: em busca de uma educação física mais apropriada para os idosos p. 107-20, IN : PAZ Serafim Fortes et al. (org.), Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?, Rio de Janeiro: ANG, 2000.
- _____, Objetivando construir uma metodologia mais adequada para a prática pedagógica das atividades físicas dos idosos, Arquivos de Geriatria e Gerontologia, 3 (2), 57-61, 1999.
- _____, O idoso e a Educação Física Informal em Niterói, *dissertação de mestrado*, Rio de Janeiro : U.F.R.J., 1992
- _____, Por uma educação física de qualidade p. 1350-1356, In: *X Congresso brasileiro do esporte*, anais vol. II Goiânia : CBCE, 1997
- BLANCHARD Kendall, CHESKA Alyce, Antropologia del deporte, Barcelona : Belaterra, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Questions de Sociologie. Paris: Ed. du Minuit, 1980..
- BRASIL, Deliberação 10/79 do CND. Baixa instruções às entidades esportivas do país, para a prática de desportos para mulheres, D. ° Brasília, 31 de dez, 1979.
- BRAUNSTAIN Florence, Penser les Arts Martiaux, Paris: PUF, 1999.
- COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do ensino de educação física, SP : Cortez, 1992
- DEBERT G G, A reinvenção da velhice, São Paulo : EDUSP, 1999.
- ELIAS N., DUNNING E., Sport et civilization, Paris : Fayard, 1994
- ELIAS Norbert O Processo Civilizador, Uma História dos Costumes, RJ : Zahar, 1990.
- escolas
- FERRANDO Garcia Manuel, BARATA Núria Puig, OTERO Francisco Lagardera (Comps.), Sociologia del deporte, Madrid : Alianza, 1998.
- FLOC'HMOAN J., La Genèse des Sports, Paris: Payot, 1962, 184 p
- GUTTMAN, Alen, The diffusion of sports and the problem of cultural imperialism, IN: DUNNING E, MAGUIRRE J, PEARTON R, The Sports Process a comparative and developmental approach, 1992
- HENARES D A, Desportes de lucha, Barcelona; INDE, 2000.
- HOOYMAN R N, KYAK A H, Social gerontology: a multidisciplinary perspective, Boston: Allyn and Bacon, 3° ed., 1993, 593 p.
- HUIZINGA Johan, Homo Ludens, São Paulo: Perspectiva, 1980,
- KANO Jigoro, Kodokan Judo, Kodansha : Tokio, 1994.
- LENOIR Remi., L'invention du troisième âge. Actes de la recherche en Sciences Sociales, 1979.
- MAGALHÃES, Dirceu Nogueira, A invenção social da velhice, Rio de Janeiro: Papagaio, 1986.

MARCELLINO Nelson Carvalho, Lazer e Humanização, Campinas : Papyrus, 1983. Livro e resumo, Localizados na pasta verde livros, Lazer.

MAUSS Marcel, Sociologie et anthropologie, Paris: PUF, 1991

MESQUITA Chuno Wanderley, Identificação de incidências autoritárias existentes na prática do judô e utilizadas pelo professor, Dissertação de Mestrado : UFRJ, 1994.

PARLEBAS P, Activités physiques et éducation motrice, Paris : EPS, 1990

SOUSA, Eustáquia Salvadora de, ALTMAN, Helena, Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar, Caderno Cedes, n. 48, Corpo e Educação, Campinas: Unicamp, 1999. p: 52: 68

STEINCHRON, O repouso começa aos quarenta, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1950

ULMANN J., de La gymnastique aux sports modernes, Paris : J.Vrin, 1997

VILLAMON M (DIR), Introduccion al Judo, Barcelina: Hispano Europea, 1999.